

**Mulheres da reforma agrária e o processamento coletivo de alimentos no Cerrado
Goiano, Brasil**

***Women in agrarian reform and collective food processing in the Goiano Cerrado,
Brazil***

Janice Morais Oliveira

Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, Brasil

Geordana do Carmo Rodrigues

Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, Brasil

Fabiana Thomé da Cruz

Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: Este artigo analisa as experiências de mulheres assentadas da reforma agrária de Goiás, que atuam em grupos produtivos voltados ao processamento coletivo de alimentos. Parte-se do reconhecimento de que essas iniciativas geram renda e constituem espaços de resistência, pertencimento e valorização do trabalho da mulher rural. O objetivo foi caracterizar os perfis das mulheres e compreender como a participação nesses grupos contribui para a autonomia econômica e pessoal dessas mulheres. A metodologia adotada foi uma pesquisa qualitativa, com aplicação de questionários online a 39 mulheres integrantes de seis grupos produtivos localizados em assentamentos sob a jurisdição do INCRA/GO. Os resultados mostram que 64% das participantes têm entre 40 e 59 anos, evidenciando uma maior participação de mulheres mais velhas com trajetória consolidada na agricultura familiar. Embora 54% indiquem que a renda gerada pelo trabalho coletivo representa menos da metade da renda familiar, esses recursos são amplamente destinados a despesas domésticas e produtivas. A maioria relatou satisfação com a atividade coletiva, valorizando os ganhos financeiros e os efeitos subjetivos, como a valorização pessoal do trabalho produtivo. A sobrecarga com tarefas domésticas, o acesso limitado a políticas públicas e a recursos para investir na atividade foram alguns dos obstáculos identificados. O trabalho coletivo das mulheres assentadas representa um caminho potente de transformação econômica e simbólica, ao mesmo tempo em que evidencia os limites estruturais e a urgência da ampliação de políticas públicas efetivas, que reconheçam a relevância das mulheres no desenvolvimento dos territórios.

Palavras-chave: assentamentos rurais, atividade coletiva, gênero, Goiás, organizações produtivas

Abstract: This article analyzes the experiences of women settlers from the agrarian reform program in Goiás who are active in production groups focused on collective food processing. It begins with the recognition that these initiatives generate income and serve as spaces for resistance, a sense of belonging, and the recognition of rural women's work. The objective was to characterize the women's profiles and understand how participation in these groups contributes to their economic and personal autonomy. The methodology employed was qualitative research, involving the administration of online questionnaires to 39 women members of six production groups located in settlements under the jurisdiction of INCRA/GO. The results show that 64% of the participants are between 40 and 59 years old, indicating greater participation by older women with established experience in family farming. Although 54% indicate that the income generated by collective work represents less than half of the family income, these resources are largely allocated to household and productive expenses. Most reported satisfaction with collective work, valuing both the financial gains and subjective effects, such as the personal fulfillment derived from productive labor. The burden of domestic chores, limited access to public policies, and a lack of resources to invest in the activity were among the obstacles identified. The collective work carried out by women in agrarian reform settlements represents a powerful path for economic and symbolic transformation, while also exposing the structural constraints that shape their lives and reinforcing the urgency of expanding effective public policies that acknowledge their central role in territorial development.

Keywords: rural settlements, collective activity, gender, Goiás, productive organizations

1. Introdução

Historicamente, as mulheres rurais têm se organizado em torno de atividades coletivas, que se configuram como espaços de partilha de histórias, receitas, sentimentos e experiências, favorecendo o diálogo sobre demandas comuns e, por consequência, fortalecendo tanto a autonomia pessoal quanto a luta coletiva por direitos. Tudo isso ocorre em um contexto marcado pelo patriarcado, no qual a sobrecarga do trabalho reprodutivo e não remunerado ainda limita sua inserção em atividades produtivas e remuneradas. Por essas e outras razões, pode-se afirmar que a organização coletiva assume para as mulheres uma relevância ainda maior do que para os homens.

Em assentamentos de reforma agrária, onde a condição das estradas e a distância entre uma residência e outra, geralmente desfavorecem o estreitamento das relações entre as agricultoras, a formação de um grupo produtivo é, acima de tudo, um símbolo de resistência. Levando essas barreiras em consideração, torna-se essencial e muitas vezes determinante para a consolidação da atividade coletiva, a clara definição dos aspectos organizacionais do grupo, a escolha dos produtos a serem elaborados, os possíveis canais de comercialização, o espaço físico para produção, a aquisição dos insumos, os recursos disponíveis, as oportunidades de parcerias institucionais entre outros.

Nesse sentido, as iniciativas de produção coletiva se estruturam, em grande medida, a partir do saber-fazer já presente no cotidiano das mulheres rurais. É nesse espaço familiar que elas expressam a artesanidade, a qual marca suas práticas individuais de produção de alimentos. Cozinha comunitária, unidade de processamento ou agroindústria são denominações atribuídas ao ambiente em que aquilo que antes se restringia ao lar ganha dimensão organizada e coletiva, permitindo que suas habilidades se convertam em renda, autoestima e protagonismo. E o que era invisibilizado, ganha força econômica e social.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão federal responsável pela execução do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), entre outras atribuições. Atualmente, a Superintendência Regional em Goiás administra 308 assentamentos rurais, onde vivem, aproximadamente, 14 mil famílias assentadas (INCRA, 2025). Contudo, são poucos os registros e pesquisas sobre os grupos produtivos de agricultoras pertencentes a esses assentamentos, assim como pouco documentadas as perspectivas pessoais e contribuições dessas mulheres para a permanência de suas famílias no campo e para o desenvolvimento dos assentamentos, por meio do seu engajamento em atividades coletivas.

Diante deste contexto e no sentido de trazer luz à importância da presença e força da

mulher do campo, por meio dos grupos produtivos voltados ao processamento/beneficiamento de alimentos em assentamentos sob a jurisdição do INCRA em Goiás, formulou-se a seguinte pergunta: “Quais são os perfis e experiências de mulheres assentadas que atuam em grupos produtivos de alimentos nos assentamentos rurais de Goiás, e de que forma essas vivências revelam caminhos para a autonomia econômica e social?”

Para responder à questão, este estudo teve como objetivo caracterizar o perfil socioeconômico e compreender as experiências de mulheres assentadas que atuam em grupos produtivos de processamento de alimentos em assentamentos sob a administração do INCRA em Goiás, com foco na análise da renda, gestão, acesso às políticas públicas, desafios produtivos, motivações e percepções em relação à participação coletiva como caminho para a autonomia econômica e social.

2. Revisão da Literatura

2.1 O trabalho das agricultoras em atividades produtivas

Historicamente, a contribuição das mulheres para as atividades produtivas do campo tem sido fundamental para o desenvolvimento dos territórios. Porém, em muitas situações, ainda é considerada como uma ajuda ao cônjuge (Paulilo 1987), o que reforça sua invisibilidade, diluída entre as tarefas domésticas e de cuidado. Essa naturalização do papel da mulher como ajudante criou barreiras institucionais e culturais que, por décadas, impediram seu pleno reconhecimento como sujeito econômico, limitando seu acesso a recursos produtivos e políticas específicas de apoio (Butto et al. 2014).

Ademais, perpetua-se a ideia de que as decisões produtivas cabem exclusivamente aos homens (Brumer 2004), apagando as estratégias, saberes e contribuições das mulheres para a sustentabilidade das unidades de produção familiar. Neste sentido, há que se considerar a divisão sexual do trabalho como um princípio estruturante das relações sociais no meio rural. Entendida como uma construção social e histórica que organiza e hierarquiza as atividades produtivas e reprodutivas, essa divisão atribui menor valor social e econômico às tarefas desempenhadas pelas mulheres, especialmente aquelas associadas ao cuidado e à manutenção da vida (Federici [2004] 2017).

No contexto rural, essa lógica se expressa pela sobreposição entre trabalho produtivo, doméstico e comunitário, resultando em jornadas ampliadas e na persistente invisibilização do trabalho feminino, mesmo quando este é central para a reprodução social das famílias e para a segurança alimentar e nutricional (Siliprandi, 2015).

Nos assentamentos da reforma agrária, essas configurações também se fazem presentes, ainda que assumam contornos específicos. Contudo, é possível observar mudanças significativas nas dinâmicas produtivas dos assentamentos rurais. Os variados modelos de organizações, expressas pelos grupos informais, associações, cooperativas ou redes de colaboração, têm promovido uma crescente inserção das mulheres assentadas nos espaços de decisão e na gestão das atividades produtivas.

A agroindustrialização coletiva de alimentos é um exemplo de estratégia socioprodutiva de agregação de valor à matéria-prima, e expressa o princípio da multifuncionalidade da agricultura familiar, ao integrar, em uma mesma prática, funções econômicas, sociais e culturais, ampliando o papel da agricultura para além da produção de alimentos (Bonnal; Cazella; Maluf, 2008). Esse processo, presente em diversas regiões do país (Mesquita 2019; Nascimento; Silveira; Thomé da Cruz 2022; Novak; Soares 2020; Sales et. al., 2019), mostra que o protagonismo das agricultoras tem sido decisivo para a dinamização dos territórios rurais.

Bergamasco e Almeida (2009), ao desenvolverem indicadores para avaliação de políticas públicas dirigidas às agroindústrias familiares em assentamentos rurais, destacam que esses empreendimentos valorizam a produção local e fortalecem redes de segurança alimentar descentralizadas e territorialmente enraizadas. Essas redes são fundamentais para reverter os efeitos sociais, econômicos e ambientais desfavoráveis no meio rural brasileiro. Desse modo, ao agregar valor à produção agrícola e assegurar alimentos saudáveis e de origem conhecida, as agroindústrias familiares ampliam a segurança alimentar e nutricional e contribuem para transformar o território rural em espaço de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, pode-se argumentar que a atuação das mulheres nesses empreendimentos vai além da dimensão econômica. Trata-se de um movimento em busca da valorização social/pessoal e um novo modo de viver (Carlini et al. 2021). Tal protagonismo é especialmente relevante em um contexto em que as responsabilidades com os cuidados e a vida doméstica, tradicionalmente atribuídas às mulheres, seguem sendo desvalorizadas e invisibilizadas, tanto pela sociedade quanto dentro dos próprios lares, ainda marcados por estruturas patriarcais e conservadoras (Filipak, 2021).

2.2 Gênero e Políticas Públicas: a presença do Estado como promotor da autonomia das mulheres

O trabalho das mulheres agricultoras em atividades produtivas tem ganhado maior

visibilidade nas últimas décadas, em um processo diretamente relacionado à mobilização histórica das trabalhadoras rurais, cuja expressão mais emblemática é a Marcha das Margaridas, iniciada em 2000. A partir dessas lutas, observou-se avanços na institucionalização de políticas públicas voltadas às mulheres rurais, como a ampliação do acesso à terra, crédito, assistência técnica, comercialização e documentação.

Nesse contexto, a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, consolidou-se como um marco na incorporação da transversalidade de gênero às políticas públicas, em articulação com movimentos sociais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Esse processo também influenciou a formulação de iniciativas como o PRONAF Mulher e o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural (PDTR), além de políticas de enfrentamento à violência no campo (Butto et al., 2014; Filipak, 2021).

Do ponto de vista analítico, o Estado pode ser compreendido como um espaço de disputa política, no qual se confrontam diferentes projetos de desenvolvimento e de reconhecimento social. Conforme Filipak (2021), sua atuação pode contribuir para a emancipação das mulheres ao reconhecer sua autonomia para além da dimensão econômica, enfrentando a divisão sexual do trabalho, a invisibilidade do trabalho reprodutivo e a sobrecarga dos cuidados. Em diálogo, Siliprandi (2011) ressalta que a construção de políticas públicas voltadas às mulheres rurais está intrinsecamente ligada a um projeto de desenvolvimento que articula soberania e segurança alimentar e nutricional, justiça de gênero e sustentabilidade socioambiental.

Sob essa perspectiva, a promoção da autonomia das mulheres rurais depende da existência de programas específicos, mas também da articulação de políticas intersetoriais que considerem a diversidade das realidades locais, garantam acesso em condições de igualdade e promovam a territorialização dos serviços, com escuta qualificada das demandas (Butto et al., 2014). Nesse cenário, os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assumem papel estratégico ao viabilizar renda e reconhecimento social às mulheres, especialmente por meio do processamento de alimentos, ao mesmo tempo em que contribuem para a segurança alimentar e nutricional (Lutke; Costa, 2019; Nascimento; Silveira; Thomé da Cruz, 2022; Santos, 2020; Paula, 2023; Sales et al., 2019; Siliprandi; Cintrão, 2011).

Assim, a articulação entre gênero e políticas públicas no meio rural brasileiro não se resume apenas a implementação de programas para mulheres, haja vista que suas ações

devem incorporar uma perspectiva crítica das desigualdades estruturais, envolvendo a construção de um outro paradigma de política pública, aquele que reconhece as mulheres rurais como produtoras, cuidadoras, educadoras, líderes e protagonistas de um projeto político transformador dos territórios.

3. Metodologia

Este estudo adotou a metodologia de pesquisa qualitativa aplicada, com caráter descritivo-analítico e delineamento de estudo de casos múltiplos, voltado à compreensão dos perfis das agricultoras assentadas da reforma agrária sob a jurisdição do INCRA/GO e integrantes de grupos produtivos voltados ao processamento de alimentos para a comercialização. A pesquisa foi estruturada em duas etapas complementares: (i) mapeamento de iniciativas coletivas de processamento de alimentos e (ii) investigação empírica junto a grupos selecionados.

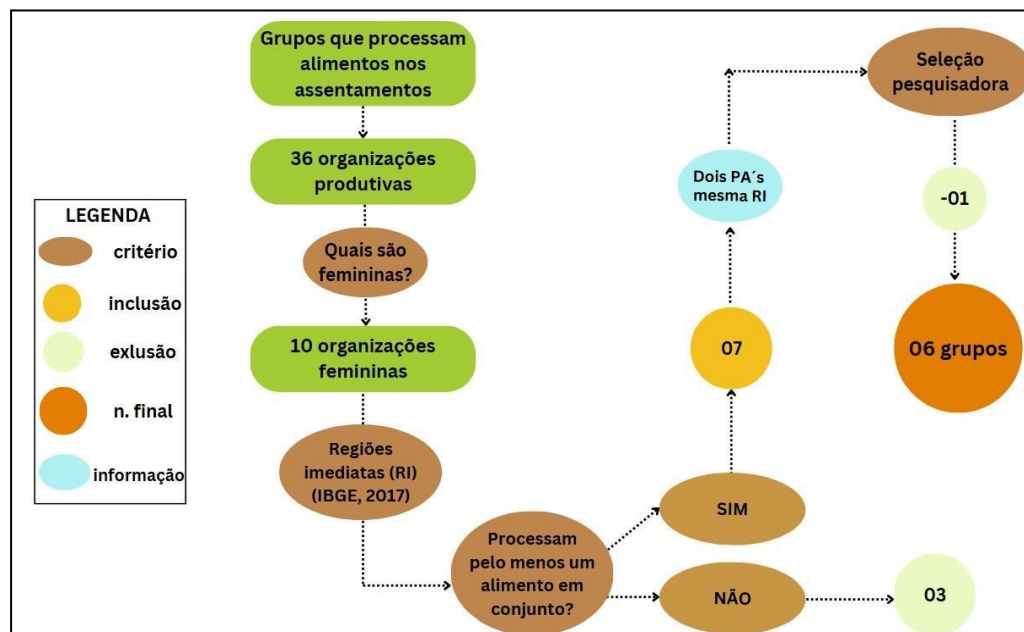
Na primeira etapa, realizou-se o mapeamento de iniciativas coletivas em assentamentos sob a jurisdição do INCRA/GO. Foram identificados 297 assentamentos, dos quais 34 apresentaram experiências coletivas voltadas ao processamento ou beneficiamento de alimentos, incluindo grupos mistos e exclusivamente femininos. Esse levantamento permitiu delimitar o universo empírico da pesquisa e subsidiou a seleção dos casos analisados.

Na segunda etapa, foram selecionados seis grupos produtivos compostos por mulheres, considerando critérios como gênero, localização geográfica, prática de processamento coletivo e decisão da pesquisadora. A investigação empírica identificou 48 agricultoras vinculadas a esses grupos. A produção dos dados ocorreu em 2024, por meio da aplicação de questionário individual on-line, criado na plataforma *Google Forms* e enviado aos contatos das agricultoras.

As perguntas foram direcionadas à caracterização socioeconômica das participantes, bem como de suas motivações e percepções pessoais em relação à participação coletiva nos grupos produtivos selecionados. Os dados foram analisados por meio de uma abordagem descritivo-analítica, buscando caracterizar o perfil socioeconômico das participantes e interpretar as relações entre inserção produtiva, acesso a políticas públicas e autonomia econômica. A análise foi orientada a partir do referencial teórico sobre gênero e políticas públicas, permitindo tensionar os dados empíricos à luz das desigualdades estruturais que atravessam o meio rural.

O fluxograma do caminho metodológico até a seleção final dos grupos produtivos está ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma das etapas para a seleção dos coletivos de mulheres que processam alimentos nos assentamentos de Goiás.



Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

A abordagem de pesquisa adotada buscou ouvir e amplificar as vozes dessas mulheres, evidenciando a complexidade de suas experiências e desafios. Nessa mesma linha, a pesquisadora Hora (2015) sugere a necessidade de mais estudos focados nas mulheres do campo, das águas e das florestas. Tais pesquisas, segundo a autora, podem atuar como instrumentos de avaliação e avanço das políticas públicas de gênero, além de proporcionar visibilidade às diversas atividades que elas desempenham, tanto no âmbito privado do cuidado quanto nas esferas produtivas, políticas, coletivas e comunitárias.

4. Resultados

O Quadro 1 apresenta as informações gerais sobre os assentamentos que compõem o campo empírico desta pesquisa e os respectivos grupos produtivos selecionados. Das 48 mulheres participantes ativas, 39 assentadas (81%) responderam ao questionário on-line. Todos os assentamentos foram oficialmente criados entre 2001 e 2006, com exceção do Lagoa Seca, cuja criação remonta a 1991.

Quadro 1 - Seleção dos coletivos de mulheres, que processam alimentos nos assentamentos sob a jurisdição do INCRA/Goiás, e suas respectivas informações.

Região Geográfica ¹	Assentamento	Grupo Produtivo	Alimentos produzidos	Mulheres /grupo	Respostas/ grupo
CERES-RI-GO	Lagoa Seca	AMERA	Farinha; polvilho; açafrão, gergelim e polpa de frutas do cerrado	06	04
JAT-MIN	Formiguinha	Panif. Delícias do Cerrado	Panificados	03	03
PALMEIRAS	Jenipapo	Panif. Doçura	Panificados	13	08
PORANGATU	Roberto M. Melo	Esperançar	Panificados	15	15
INH-ITAB-ANI	D. Fernando Gomes	Abelhas Rainha	Mel, favo de mel, cera	06	04
GOIÁS-ITAP	D. Tomaz Balduino	Mulheres Mãos na Massa	Panificados; doces; queijo; biscoitos; conserva	05	05
Total				48	39

¹ Região Geográfica Imediata, segundo critérios do IBGE (2017): Ceres-Rialma-Goianésia; Jataí-Mineiros; Palmeiras; Porangatu; Inhumas-Itaberaí-Anicuns; Goiás-Itapuranga;

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

A participação dos homens está presente em todos os grupos selecionados, mas de forma secundária. Os homens se envolvem principalmente em tarefas como transporte de produtos, carregamento ou atividades que exigem maior esforço físico. Já o gerenciamento da unidade de processamento e a execução das principais atividades ficam sob a responsabilidade das mulheres assentadas.

4.1. Dimensões sociais e econômicas das mulheres assentadas

Um dado relevante para compreender a dinâmica dos grupos produtivos é o perfil etário das participantes: 64% das mulheres envolvidas nas atividades coletivas dos seis grupos selecionados têm entre 40 e 59 anos. Por outro lado, verificou-se a baixa presença de mulheres jovens nas iniciativas produtivas. Apenas duas mulheres entre 25 e 29 anos estão engajadas, sendo que uma não tem filhos e a outra só consegue participar graças ao suporte da mãe no cuidado com o filho. Essa ausência é ainda mais acentuada entre mulheres de 30 a 34 anos, onde não houve registro desta faixa etária entre os grupos estudados.

Esse cenário possibilita refletir sobre a existência de uma lacuna geracional, que sugere a centralidade da maternidade e do trabalho de cuidado como obstáculos concretos à

participação social e econômica das mulheres do campo. Como destaca Siliprandi (2015), a redistribuição do cuidado e o reconhecimento do direito ao tempo e ao prazer são condições essenciais para promover a participação plena das mulheres nas atividades coletivas, sejam elas produtivas ou não. Esse intervalo de idade demonstrado no presente estudo também ratifica a crítica de Filipak (2021), em que ainda não se articulam políticas de socialização do cuidado de crianças no meio rural.

Na pesquisa realizada, também observou-se que 61% das mulheres participaram ou ainda participam de movimentos sociais do campo, como a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Dentre essas, 91,6% permanecem no assentamento desde sua criação, o que permite inferir a importância dos movimentos sociais na concretização do acesso à terra e na permanência das famílias no meio rural.

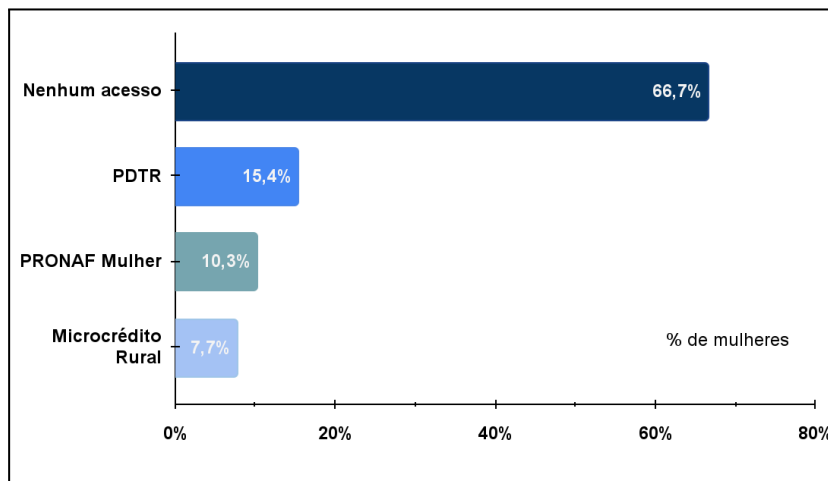
Em seu estudo sobre as trajetórias de vidas de mulheres agricultoras que participam ativamente de organizações coletivas e movimentos sociais, Siliprandi (2015) destaca que elas reconhecem o papel transformador dessas instituições, pois foram espaços onde iniciaram sua militância e aprenderam que o protagonismo e a ação seriam mais aliados do que o silêncio e a espera, para obterem êxito em suas diversas lutas.

4.2. Acesso a Políticas Públicas

De acordo com a Figura 2, verificou-se que 67% das mulheres assentadas afirmaram não ter acessado nenhuma política pública específica de gênero, enquanto 15% acessaram o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural (PDTR), 10% o PRONAF Mulher e 8% o Microcrédito Rural Produtivo. A baixa incidência de acesso ao PRONAF Mulher reflete uma realidade já observada por Anzilago (2014), em estudo com mulheres do Assentamento Fernando Silva, em Goiás.

Embora o PRONAF Mulher exista como política voltada ao fortalecimento da agricultura familiar sob a ótica de gênero, Anzilago (2014) demonstra que seu alcance permanece limitado, caracterizado pelo “mito da existência” aliado à dificuldade de acesso na prática. Essa situação também foi identificada nesta pesquisa, em que mulheres do assentamento D. Fernando relataram a impossibilidade de acessar o programa sem justificativas claras.

Figura 2 - Acesso a políticas públicas de gênero por mulheres de grupos produtivos em assentamentos de Goiás.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Dados de Juliano, Domingues e Nascimento (2024), com base em estatísticas do Banco Central, reforçam esse cenário ao indicar que o PRONAF Mulher representou apenas 0,40% dos contratos e recursos totais entre 2014 e 2024, evidenciando sua estagnação. Em Goiás, foram registrados apenas 67 contratos entre 2015 e 2023, de um total superior a 35 mil operações, posicionando o estado entre os últimos na execução dessa política.

Jesus (2023), em sua pesquisa com agricultoras em Piaçabuçu (AL), aponta como principais barreiras ao acesso ao PRONAF Mulher a falta de apoio técnico e institucional, a baixa autonomia das mulheres no núcleo familiar, as dificuldades com documentação e a limitada divulgação das políticas. Esses fatores ajudam a explicar a persistência de restrições ao acesso, evidenciando um desafio estrutural que demanda maior articulação institucional. Nesse contexto, observa-se que o Estado, embora reconheça formalmente a importância das mulheres no desenvolvimento rural, ainda falha em garantir condições efetivas para o exercício pleno de seus direitos à produção, à renda e à cidadania.

4.3 Composição da renda e sua gestão

Os dados sobre a composição da renda familiar demonstram que, embora a atividade coletiva desempenhe um papel relevante na geração de renda, seu impacto econômico direto nas famílias ainda é limitado. Para 54% das mulheres entrevistadas, a renda gerada pelo processamento coletivo de alimentos representa menos da metade da renda total familiar; em 33% dos casos, corresponde à metade; e apenas 13% das entrevistadas afirmaram que a renda

ultrapassa esse patamar.

Entretanto, entre as 26 mulheres que fornecem alimentos aos mercados institucionais (PAA e PNAE), observa-se um cenário distinto: a proporção das que obtêm menos da metade da renda familiar cai para 34,6%, enquanto 46% declaram que essa atividade responde por metade da renda e para 19%, ela supera esse valor. Esses resultados sugerem que a inserção nesses programas públicos eleva o peso econômico da atividade produtiva, conferindo maior estabilidade e regularidade de ganhos em comparação às demais participantes.

Foguesatto, Breitenbach e Gomes (2023), entrevistaram 14 agricultoras familiares fornecedoras de alimentos ao PNAE, e constataram que o programa promove múltiplos benefícios à vida das mulheres rurais. Entre eles, destacam-se a valorização e o reconhecimento social do trabalho das mulheres, a maior inserção em cooperativas e na gestão das propriedades, bem como a conquista de renda própria. Esses achados reforçam que o acesso a mercados institucionais, além de gerar estabilidade econômica, atua como catalisador do protagonismo das mulheres no meio rural, em sintonia com o que se observa nos grupos analisados neste estudo.

Contudo, mesmo quando representa menos da metade da renda familiar, 79,5% das mulheres afirmam compartilhar essa renda com a casa e/ou o lote, além de cobrir despesas pessoais, evidenciando sua contribuição para a manutenção do lar e da atividade produtiva. Esse resultado sugere que a produção e a transformação de alimentos pelas mulheres podem ser compreendidas como parte das atividades de reprodução social, que sustentam a vida das famílias e das comunidades rurais (Federici [2004], 2017; Siliprandi, 2015).

Além disso, 15% das mulheres afirmam que têm autonomia para decidirem como vão utilizar este recurso e 5% declaram que não têm autonomia, pois a renda não fica sob seu controle e nem para as suas despesas pessoais. Isso sugere que, mesmo participando ativamente da geração de renda, ainda persistem as relações de poder desiguais no interior das famílias. Essa contradição reforça a análise de Siliprandi (2015), ao apontar que o acesso à renda, embora fundamental, não é suficiente para promover a autonomia plena das mulheres, sendo necessário considerar as estruturas sociais que condicionam sua capacidade de decisão.

Em contrapartida, 67% das interlocutoras da pesquisa afirmam que compartilham a renda entre as despesas pessoais, domésticas e produtivas, independentemente do quanto esta renda representa no rendimento total familiar. De modo semelhante, Nascimento, Silveira e Thomé da Cruz (2022) identificaram que, quando obtida em agroindústrias familiares, a renda das mulheres é prioritariamente destinada às despesas do lar e do lote. Ainda assim, o trabalho fora da propriedade fortalece sua valorização pessoal e profissional, permitindo-lhes maior

autonomia sobre o dinheiro recebido, algo que não ocorria quando o lucro das atividades produtivas realizadas dentro do lote permanecia sob controle do cônjuge.

Esse movimento de trabalhar fora do ambiente do lote se traduz em sentimento de utilidade, ao ter condições de contribuir economicamente para a renda familiar e se tornar agente ativa na gestão familiar e comunitária. Mesmo para as mulheres que processam os alimentos na sua própria cozinha, como é o caso de três grupos estudados na presente pesquisa, os rendimentos gerados pela atividade também proporcionam a elas maior grau de autonomia financeira e autovalorização.

4.4 Desafios para a participação na atividade coletiva

A participação das mulheres em atividades coletivas é prejudicada expressivamente por questões econômicas e de trabalho doméstico: 84% das mulheres apontam a falta de recursos para investimento inicial como a principal dificuldade para ingressar ou permanecer em atividades produtivas coletivas. Esse número evidencia um dos maiores gargalos enfrentados por mulheres assentadas: a limitação ao acesso ao crédito e ao suporte financeiro necessário para a organização autônoma da produção.

Essa constatação é corroborada por documentos oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário que, ao analisar a efetividade das políticas públicas voltadas às mulheres rurais, identificou que apenas 11% dos grupos conseguiram acessar financiamento, enquanto mais da metade tentou e não obteve sucesso (Faria, 2011). Embora já tenham se passado 15 anos desde a publicação do dado acima, ainda assim, a contradição entre o reconhecimento da desigualdade de gênero nas políticas e a baixa efetividade delas, seguem mantendo restritas às ações produtivas das mulheres rurais e seus grupos.

O excesso de tarefas domésticas também é outro desafio comum apontado por 46% das mulheres, que se configura como fator limitante na decisão de participar coletivamente da atividade de processamento de alimentos. Os dados, aliados aos estudos de Almeida (2016), sugerem que a função doméstica, caracterizada pelo trabalho reprodutivo e não remunerado, coloca essas mulheres em desvantagem, limitando seu acesso a recursos, participação nos espaços de decisão e reconhecimento pelo trabalho realizado.

Estudos internacionais envolvendo a agricultura familiar de diversos países da América, Europa, Ásia e África sustentam que a divisão sexual do trabalho impõe um ônus duplo às mulheres e leva à invisibilidade e subvalorização de seu trabalho, que é essencial para a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares (Aare; Umantseva; Sørensen 2024; Fernández-Giménez et al. 2024). Essa condição reforça a desigualdade de gênero no meio

rural e coloca as mulheres em posição de constante negociação entre a permanência na atividade produtiva e as exigências impostas pela esfera doméstica.

Uma revisão sistemática realizada por Gupta (2024), em que a autora investiga como a presença da mulher na produção agrícola afeta a disponibilidade, qualidade e adequação nutricional dos alimentos consumidos pela família, mostrando que a sobrecarga de trabalho e a divisão desigual do tempo entre tarefas produtivas e reprodutivas constituem gargalos importantes para o bem-estar e a segurança alimentar das famílias rurais.

Os resultados reforçam a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas de gênero que ampliem a presença de mulheres em espaços produtivos, promovendo condições financeiras e sociais, para que as mulheres rurais possam desenvolver plenamente seus projetos de vida, expressando seu potencial máximo, livres das restrições impostas pelo patriarcado estrutural. O indicativo da não redistribuição das tarefas domésticas, por exemplo, permanece como um dos fatores limitantes, capaz de impedir ou interromper a inserção dessas mulheres em atividades fora do lar.

4.5 Relação entre o trabalho coletivo e a produção individual nos lotes

As integrantes dos grupos produtivos também são fornecedoras ativas de matérias-primas produzidas em seus próprios lotes e destinadas para a atividade coletiva. Somente 20% delas indicaram que não fornecem nenhum tipo de ingrediente, enquanto 80% declarou que abastece os grupos com ovos, leite, queijo, mandioca, frutas, hortaliças e/ou mel. A resposta mais interessante foi de uma apicultora do assentamento D. Fernando Gomes, que escreveu: “Sim (forneço), preservando e plantando mais árvores”.

Essa fala potente revela que, para as mulheres agricultoras, sua atuação no fornecimento de ingredientes ultrapassa a lógica da produção e entra no campo da conservação da biodiversidade (Vale et al., 2025) e do cuidado com a terra. A agroecologia, como apontada por Siliprandi (2015), representa para essas mulheres um modo de vida e uma prática política: “Você começa a ver aquela terra como uma vida, você começa a estar cuidando dali.”, frase utilizada pela agricultora Neneide na publicação de Siliprandi (2015, p.300) e que comunga com o gesto de “plantar mais árvores”, manifestado pela agricultora interlocutora desta pesquisa.

A coerência entre a defesa de práticas sustentáveis e sua aplicação cotidiana revela que as mulheres rurais — nesta e em tantas outras experiências documentadas — ocupam um lugar estratégico na transformação dos sistemas produtivos e alimentares. A condução de modos de produção baseados na preservação, biodiversidade e cooperação, transforma essas

mulheres em agentes na construção de novos paradigmas socioambientais, obrigatórios para repensar o futuro do planeta.

A associação entre produção, preservação ambiental e cuidado com a terra evidencia o caráter multifuncional da agricultura familiar, conforme discutido por Bonnal; Cazella; Maluf (2008). Nesse contexto, o processamento de alimentos não se limita à geração de renda, mas integra dimensões ambientais, sociais e culturais, reforçando o papel das mulheres como agentes centrais na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

Por fim, estudos realizados na Dinamarca (Aare; Umantseva; Sørensen 2024), Brasil (James; Wolff; Wittman 2023) e Austrália (Jonas 2024) reforçam o caráter político e social da agroecologia, a qual está intrinsecamente ligada à soberania e segurança alimentar e nutricional, exigindo organização coletiva, solidariedade e cooperação (e não competição) para o resgate de valores humanos fundamentais, como o respeito ao gênero e ao coletivo.

4.6 Motivações e percepções pessoais em relação à participação coletiva

As motivações que levam mulheres assentadas a integrarem grupos produtivos são diversas e atravessadas por fatores subjetivos, econômicos e culturais. Identificar esses motivos significa lançar luz sobre os sentidos atribuídos ao trabalho coletivo, bem como sobre os processos de construção de pertencimento e autonomia dentro dos assentamentos. Nesse sentido, compreender o “porquê” do envolvimento dessas mulheres com o coletivo é também acessar camadas de desejo, necessidade e transformação social.

As respostas indicam que 95% das mulheres se engajam em atividades coletivas porque vislumbram uma possibilidade de aumentar a renda da família, resultado que comunga com diversos estudos com mulheres rurais engajadas em atividades coletivas voltadas ao processamento de alimentos para comercialização (Carlini et al., 2021; Gadelha, 2021; Nascimento; Silveira; Thomé da Cruz, 2022; Sales et al., 2019).

A segunda resposta mais presente a essa questão: “Ajudo a melhorar a alimentação escolar”, o número de mulheres que fornecem alimentação para as escolas são ao todo 26. Desse total, 18 mulheres (69%) associam seu trabalho com a melhoria da alimentação ao público das escolas, indicando um bom nível de entendimento quanto ao seu papel para a segurança alimentar das crianças. De forma semelhante, Santos e Anjos (2025) constataram que as agricultoras familiares do Recôncavo Baiano entendem que o PNAE é importante para sua autonomia financeira e, ao mesmo tempo, o programa proporciona consciência social e ambiental ao grupo, uma vez que seus produtos estão alimentando milhares de jovens e crianças.

Nas demais respostas mais expressivas, 67% das mulheres afirmam: “Gosto de trabalhar em grupo” e “Sinto-me útil ao trabalhar fora do ambiente doméstico”. Esse dado evidencia um aspecto frequentemente negligenciado pela lógica patriarcal: o da realização pessoal. Embora o retorno financeiro seja relevante e necessário, as entrevistadas indicam que a satisfação com o trabalho vai além do aspecto econômico e atravessam a vida delas em múltiplas esferas, tanto pessoal, familiar, coletiva como ambiental. Essa percepção está em sintonia com os achados de Spanevello et al. (2019), que apontam que as atividades não agrícolas exercidas por mulheres rurais constituem uma estratégia de geração de renda, mas também um espaço de valorização pessoal e de ampliação do convívio social.

Com isso, percebe-se que a decisão de se integrar aos grupos produtivos não se reduz à simples busca por renda, mas envolve também o prazer do trabalho coletivo entre mulheres com trajetórias semelhantes e a satisfação de atuar para além das tarefas domésticas. Assim, o coletivo assume um papel importante na construção de vínculos sociais entre as mulheres, favorecendo a troca de experiências, a aprendizagem coletiva e o fortalecimento das relações de confiança, alinhando-se à concepção de capital social desenvolvido por Bebbington (1999). Mais do que um espaço de convivência, esses grupos configuram-se como ativos estratégicos para a ação das mulheres no meio rural, na medida em que ampliam sua capacidade de organização e enfrentamento de limitações estruturais.

Ademais, 49% reconhecem sua contribuição para a preservação ambiental, revelando certa percepção da dimensão ecológica associada às práticas produtivas coletivas. Em sintonia, Carlini et al. (2021, p.104) destacam que as mulheres assentadas “são importante voz de resistência e conservação do meio ambiente [...] tendo a cozinha como símbolo dessa resistência e transformando o alimento artesanal como sinal de independência”, contrapondo-se ao modelo hegemônico de produção de monoculturas.

A pesquisa desenvolvida por Sales et al. (2019) demonstra que o grupo de mulheres agricultoras, que processam polpa de frutas no interior da Paraíba, compreendem o papel fundamental do empreendimento na adoção de práticas sustentáveis, para que a atividade agroindustrial coletiva siga alinhada com a conservação da natureza. Conforme Bergamasco e Almeida (2009), a agroindustrialização familiar, quando integrada aos princípios de segurança alimentar, saúde e sustentabilidade, pode transformar o território rural em um espaço de inclusão social e desenvolvimento.

O aproveitamento local de insumos para o processamento de alimentos, a gestão coletiva da produção, o resgate das práticas alimentares locais, a construção participativa da atividade, aliadas a tecnologias adequadas, contribuem para a conservação do meio ambiente

e para o desenvolvimento rural mais sustentável. Assim, a interconexão entre alimentação, saúde e meio ambiente deveria se tornar um eixo estruturante das políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Nesse sentido, para além da caracterização empírica proposta, este estudo contribui para o campo dos estudos de gênero e desenvolvimento rural, ao evidenciar que o processamento coletivo de alimentos, embora frequentemente analisado sob a ótica da geração de renda, constitui uma prática multidimensional, que articula reprodução social, autonomia relativa e construção de reconhecimento social.

5. Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi caracterizar o perfil socioeconômico e compreender as experiências de mulheres assentadas que atuam em grupos produtivos de processamento de alimentos em assentamentos sob a administração do INCRA em Goiás, com foco na análise da renda, gestão, acesso às políticas públicas, desafios produtivos, motivações e percepções em relação à participação coletiva como caminho para a autonomia econômica e social. Os achados da pesquisa apontam que a participação de mulheres assentadas da reforma agrária em atividades produtivas coletivas vai além da geração de renda: é uma forma concreta de resistência e reinvenção de papéis sociais no espaço rural.

A construção de atividades coletivas de produção tem gerado transformações significativas não apenas nas trajetórias individuais das mulheres, mas também nas dinâmicas familiares e comunitárias em que estão inseridas. Contudo, essas iniciativas se desenvolvem em contextos de adversidades, como o patriarcado, o preconceito de gênero, carência de infraestrutura, o acesso restrito a crédito e a sobrecarga do trabalho doméstico, agravadas pela atuação ainda ineficiente e intermitente do Estado. Esses fatores podem comprometer significativamente a consolidação de mais experiências produtivas sustentáveis, enfraquecendo os próprios objetivos da política de reforma agrária.

Os dados da presente pesquisa revelam que a sobrecarga de trabalho ainda constitui um fator limitante para a participação das mulheres em atividades coletivas, pois elas precisam conciliar o tempo entre o cuidado com a família, as tarefas domésticas e a produção. Mesmo assim, as interlocutoras da pesquisa demonstraram capacidade de organização e resistência, encontrando estratégias para permanecer na atividade coletiva, como o fortalecimento de vínculos e a construção de redes de solidariedade, que associam dimensões produtivas e afetivas, criando uma teia de cooperação, apoio mútuo e pertencimento.

Em relação à renda, observou-se que, embora os valores obtidos representem uma parcela modesta do orçamento familiar, o controle exercido pelas mulheres sobre esses recursos constitui um avanço significativo em termos de autonomia, sobretudo quando comparado ao trabalho doméstico, historicamente invisibilizado e não remunerado. Ainda assim, apenas 15% das mulheres declararam ter plena autonomia sobre o uso da renda, o que indica a persistência de desigualdades de gênero e de dinâmicas relacionais que extrapolam o escopo desta pesquisa.

As políticas que valorizam os saberes tradicionais das mulheres no preparo dos alimentos, como o PAA, são necessárias para romper com o ciclo das políticas públicas orientadas exclusivamente por critérios econômicos. Contudo, é por meio da conexão entre alimentação, saúde e meio ambiente que as políticas públicas com enfoque de gênero em diálogo com aquelas voltadas à agricultura familiar, podem ser estruturadas sobre bases mais consistentes e integradas.

Por fim, este trabalho reforça que as iniciativas coletivas revelam caminhos potentes de transformação, mas elas seguem operando, em grande medida, à margem de um projeto efetivo de desenvolvimento rural com justiça de gênero, uma vez que não eliminam as desigualdades estruturais, porém reconfiguram suas formas de enfrentamento no contexto dos assentamentos da reforma agrária.

Referências

- AARE, A.K., UMANITSEVA, A. AND SØRENSEN, L.B. Creating dialogues as a quiet revolution: exploring care with women in regenerative farming. **Agriculture and Human Values**, v.42, p.271–288. 2025. DOI: [10.1007/s10460-024-10605-z](https://doi.org/10.1007/s10460-024-10605-z).
- ALMEIDA, O. A. **A Reforma Agrária sob a ótica de mulheres assentadas: a história da Gleba XV de Novembro a partir da trajetória da OMUS - Organização das Mulheres Unidas**. 2016. 123 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Ciências Humanas, UFGD, Dourados, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/104>. Acesso em: 5 set. 2024.
- ANZILAGO, J. I. **Mulheres Camponesas em Movimento: Sua Organização e Resistência no Assentamento Fernando Silva em Porangatu / Goiás**. 2014. 86 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2014.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; ALMEIDA, L. M. de M. C. Agroindústrias Rurais e Segurança Alimentar: Um novo Modelo de Desenvolvimento nos Assentamentos? **Retratos de Assentamentos**, v. 12, n. 1, p. 87–108, jul. 2009. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/47>. Acesso em: 27 mar. 2025.

- BONNAL, P.; CAZELLA, A.A.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 16, n. 2, p. 185-227, 2008. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/302> . Acesso em: 02 mai. 2025.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v.2, n.1, p. 205-227, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HN95Kj5QQkqFCR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2026.
- BUTTO, A.; DANTAS, C.; BEZERRA, E.C.; HORA, K., MIGUEL, M.M.; NOBRE, M.; FARIA, N. Autonomia econômica das mulheres rurais nos territórios da Cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, C.; HORA, K.; NOBRE, M.; FARIA, N. (orgs). **Mulheres rurais e autonomia : formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: MDA. p. 100-113. 2014. Disponível em: www.ufrgs.br/observaeducampors/wpcontent/uploads/2023/06/Mulheres_rurais_e_aut-1955738.pdf#page=14.
- CARLINI, E. R.; FERRANTE, V. L. S. B.; GOMES, T. P. de S.; RIBEIRO, M. L. Entre o Poder e o Saber: Os Alimentos Artesanais e a Resistência de Mulheres Assentadas no Interior de São Paulo. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, p. 85-108, 2021. DOI: [10.9771/rf.v9i2.42940](https://doi.org/10.9771/rf.v9i2.42940). Acesso em: 30 set. 2024.
- DOS SANTOS, F. O.; DOS ANJOS, E. G. Agricultoras familiares e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): participação associativa e autonomia econômica. **Emancipação**, v.25, p.1-22, 2025. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/23503>. Acesso em: 20 fev.2026.
- FERNÁNDEZ-GIMÉNEZ, M. E.; BAYARBAT, .T; JAMSRANJAV, C; ULAMBAYAR, T. Motherhood, mothering and care among Mongolian herder women. **Agriculture and Human Values**, v. 42, n1, p.139-157, 2025. DOI: [10.1007/s10460-024-10587-y](https://doi.org/10.1007/s10460-024-10587-y). Acesso em: 20 nov. 2025.
- FOGUESATTO, C. R., BREITENBACH, R., & GOMES, C. J. O.A importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a emancipação das mulheres rurais. **Revista de Administração IMED**, v.13, n2, p.1-19, 2023. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/4933>. Acesso em: jan. 2026
- FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015) : análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos**. São Paulo: EDIFSP, 2021. 458 p. Disponível em: <https://editora.ifsp.edu.br/edifsp/catalog/book/20>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- GADELHA, L. B. S. **Estratégias de valoração dos produtos agroindustriais das mulheres rurais do Assentamento Nova Amazônia em Roraima através do registro de marca coletiva**. 2021. 101 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufr.br:8080/jspui/handle/prefix/670>. Acesso em: 20 abr. 2025.

- GUPTA, P. A systematic review on womens participation in agricultural work and nutritional outcomes. **The Indian Economic Journal. Paper Presentation at 107th Annual Indian Economic Association Conference**, [s. l.], p. 1–10, 2024.
- HORA, K. E. R. Por que apoiar a produção científica com temáticas sobre as mulheres do campo, das águas e das florestas? **Retratos de Assentamentos**, v. 18, n. 1, p. 13–16, 9 jan. 2015. DOI: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/178/163>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Coordenação de Geografia - RJ: IBGE, 2017. 82p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Relação de beneficiários assentados do Estado de Goiás**. Brasília, Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/SR04GO.pdf>. Acesso em: 03 jul.2025.
- JAMES, D.; WOLFF, R.; WITTMAN, H. Agroecology as a philosophy of life: well-being, autonomy and care in Southern Brazil. **Agriculture and Human Values**. v.40, n. 4, p.1437–1450. 2023. DOI: [10.1007/s10460-023-10455-1](https://doi.org/10.1007/s10460-023-10455-1). Acesso em: 30 set. 2025.
- JESUS, A. C. da S. **Caminhos de acesso às linhas de crédito rural para a mulher agricultora**. 2023. 189 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Sergipe, SÃO CRISTÓVÃO-SE, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/18510>. Acesso em: 8 abr. 2025.
- JONAS, T. Building the intrinsic infrastructure of agroecology: collectivising to deal with the problem of the state. **Agriculture and Human Values**, v.41, n.3, p.1223-1237. 2024. DOI: [10.1007/s10460-024-10549-4](https://doi.org/10.1007/s10460-024-10549-4). Acesso em: 30 jan.2026
- JULIANO, L. A.; DOMINGUES, J. C. de A.; NASCIMENTO, D. P. Análise das Características do PRONAF Mulher. **Repositório Institucional do Conhecimento - RIC-CPS**, p. 17p., 2024. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/22526>. Acesso em: 25 fev.2025.
- LUTKE, V.; COSTA, C. Agroindústrias familiares, mercados institucionais e empoderamento das mulheres: uma discussão a partir de Santana do Livramento/RS. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 14, n. 32, p. 266-292, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/1872>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- MARQUES, D. V. **Trabalho e educação: caráter educativo da organização das mulheres do Assentamento Reunidas, Agrovila Campinas em Promissão/SP**. 2019. 85p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12013>.
- MESQUITA, L. A. P. de. **Saberes e fazeres de mulheres assentadas: relações de gênero e os processos de empoderamento no território do Vão do Paranã (GO)**. 2019.

280p. Tese (Doutorado em Geografia), UFG, Goiânia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12270>. Acesso em: 30 set. 2024.

- NASCIMENTO, D.; SILVEIRA, J. P.; THOMÉ DA CRUZ, F. O trabalho de mulheres assentadas da reforma agrária no contexto de uma agroindústria familiar. **Retratos de Assentamentos**, v. 25, n. 2, p. 185–208, 2022. DOI: [10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.514](https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.514). Acesso em: 2 dez. 2024.
- NOVAK, M. A. L.; SOARES, S. Uma nova perspectiva de desenvolvimento local a partir de uma reestruturação produtiva. **DELOS: Desarrollo Local Sostenible**, v. 13, n. 36, p. 320-336. 2020. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/655>. Acesso em: 20 out. 2024.
- PAULA, L.A.C. A organização das mulheres unidas da gleba XV de novembro: Agricultoras brasileiras e desenvolvimento local. **Finisterra**, v.58, n. 123, p. 131–147, ago. 2023. DOI: [10.18055/Finis32248](https://doi.org/10.18055/Finis32248). Acesso em: 27 set. 2024.
- PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC, v.5 n.28, p. 64-70, 1987.
- SALES, R. M. M.; CAVALCANTI, M. T.; SILVA, K. J. de M.; SILVA, P. de J. Agroindústria Familiar, ODS's e Desenvolvimento Alternativo: um estudo sobre a Fonte do Sabor do Semiárido Paraibano/Brasil. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 142–162, set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14122>. Acesso em: 1 jun. 2025.
- SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil. Sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento iberoamericano**, n.9, p. 169-183, 2011. Disponível em: dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710909. Acesso em: 10 jul. 2025.
- SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 356p. Disponível em: alimentacao.saudavel.org.br/wpcontent/uploads/2022/11/69.Mulheres_e_agroecologia_transformando_o_campo_as_florestas_e_as_pessoas.pdf. Acesso em: 12 mai. 2025.
- SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v.18, n.2. p. 12-32. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/download/8634675/2594/3675>. Acesso em: 27 mai. 2025.
- SPANEVELLO, R.M.; DUARTE, L.C.; SCHEIDER, L.C.; MARTINS, S.P. Agroindústrias rurais familiares (ARFs) como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos municípios de Santo Augusto e Campo Novo – RS. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 24, n. 3, p.198-216, set-dez/2019. DOI: [10.17058/redes.v24i3.14125](https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14125). Acesso em: 10 dez. 2022.
- VALE, L.M.; CAVALCANTE, I.D.A.; AMORIM, A.V.; SOUSA, A.J.O.; HOLANDA, A.K.C.; XAVIER, A.R. Terra, gênero e saberes tradicionais: o protagonismo da mulher rural. **Revista Cadernos Cajuína**. v.10, n.4, p.1- 12, 2025. DOI: [10.52641/cadcajv10i4.1093](https://doi.org/10.52641/cadcajv10i4.1093). Acesso em: 15 jan. 2026.